

**Câmpus
Luziânia**



**Universidade
Estadual de Goiás**

CURSO DE PEDAGOGIA

MEIRIELLE DA SILVA BUENO GOMES

**O ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO**

LUZIÂNIA - GO

2017

MEIRIELLE DA SILVA BUENO GOMES

**O ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus de Luziânia, sob a orientação da professora Márcia Aparecida de Oliveira.

LUZIÂNIA - GO

2017

MEIRIELLE DA SILVA BUENO GOMES

**O ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em ____ de _____ de
_____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof.^a Especialista Márcia Aparecida de Oliveira
Orientador

Prof.^a
Avaliador

Prof.
Avaliador

LUZIÂNIA
2017

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu guia. Aos meus pais e irmãs, meus incentivadores. Ao meu digníssimo marido, meu alicerce, meu apoio. Aos meus professores, minha base.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me guiado e capacitado até aqui.

Aos meus pais, irmãs e amigos pelo incentivo que recebi durante essa etapa importante da minha vida.

Agradeço ao meu esposo amado, Alisson Joel, companheiro e amigo de todas as horas, pela paciência e pelo carinho.

À Universidade Estadual de Goiás, pois por meio dela tive a oportunidade de expandir meus conhecimentos.

Aos meus professores pelo direcionamento e principalmente à minha orientadora, professora Márcia Aparecida, que tornou possível a realização deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todos vocês!

“A escola tem que ser esse lugar em que as crianças têm a oportunidade de serem elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas”.

(Mantoan)

RESUMO

A educação para o surdo vem se transformando ao longo dos tempos e com ela há muitas barreiras a serem vencidas. Contudo, a inclusão ainda é um ideal a ser alcançado em prol de uma educação que valorize as diferenças e limitações de cada indivíduo. A pesquisa tem como tema o atendimento ao aluno surdo numa escola pública do município de Luziânia-GO, e como objetivo analisar como funciona o atendimento ao aluno surdo no município de Luziânia-GO. A pesquisa buscou responder a problemática como funciona o atendimento ao aluno surdo no município de Luziânia-GO? A investigação de natureza qualitativa tem como método a pesquisa de campo e foi realizada em uma escola municipal de Luziânia-GO. Para a obtenção dos dados, utiliza-se nesta pesquisa a entrevista semiestruturada e como participantes a coordenadora pedagógica e a professora regente da classe. Para a construção do embasamento teórico, foram utilizados os seguintes autores: Mazzota (2011), Novaes (2010), Vigotsky (2011), Damázio (2007), dentre outros. Pode-se constatar um espaço escolar preocupado com o ensino e aprendizagem do aluno surdo em sala de aula, levando em consideração o esforço do professor para a confecção de materiais pedagógicos adaptados. Por fim, concluiu-se evidências de grandes dificuldades para a realização desse trabalho, uma vez que, faltam recursos indispensáveis para a educação inclusiva como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o investimento na formação de professores, o apoio de uma equipe multidisciplinar além de terem turmas exclusivas para o atendimento ao aluno surdo, não sendo eles inclusos em turmas comuns.

Palavras-chave: Surdo. Educação. Inclusão. Espaço escolar.

ABSTRACT

Education for the deaf has been changing over time and with it many barriers to be overcome. However, inclusion is still an ideal to be achieved in favor of an education that values the differences and limitations of each individual. The research has as its theme the service to the deaf student in a public school in the city of Luziânia-GO, and aims to analyze how the service works to the deaf student in the municipality of Luziânia-GO. The research sought to answer the problematic how the service works to the deaf student in the municipality of Luziânia-GO? The research of a qualitative nature has the method of field research and was carried out at a municipal school in Luziânia-GO. In order to obtain the data, the semi-structured interview is used in this research and as a participant the pedagogical coordinator and the regent teacher of the class. For the construction of the theoretical basis, the following authors were used: Mazzota (2011), Novaes (2010), Vigotsky (2011), Damázio (2007), among others. One can see a school space concerned with the teaching and learning of the deaf student in the classroom, taking into account the teacher's effort to make adapted teaching materials. Finally, there was evidence of great difficulties for this work since there is a lack of resources indispensable for inclusive education, such as the Specialized Educational Assistance (AEE), the investment in teacher training, the support of a multidisciplinary team, besides having exclusive classes for the care of the deaf student, not being included in common classes.

Keywords: Deaf. Education. Inclusion. School space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO.....	9
1.1 A história da educação dos surdos	9
1.2 Precusores da educação dos surdos.....	11
1.3 Legislação para o aluno deficiente	12
CAPÍTULO 2 – CONHECENDO O ALUNO SURDO	16
2.1 Caracterização da deficiência auditiva	16
2.2 A deficiência auditiva na perspectiva de vigotski	19
2.3 O aluno surdo na escola inclusiva.....	20
CAPÍTULO 3- METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
1.1 Pesquisa qualitativa	24
1.2 Pesquisa de campo.....	24
1.3 Instrumento de pesquisa	25
1.4 Participantes da pesquisa	25
1.5 Ambiente da pesquisa	25
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO A – Carta de apresentação.....	37
ANEXO B – Declaração de autenticidade.....	38
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	39
APÊNDICE B – Roteiro do questionário	40

INTRODUÇÃO

Ao olhar para a diversidade da sociedade onde somos inseridos, percebe-se que há grupos que lutam em busca de igualdade. Entre eles, destacamos os surdos. Nas escolas, na rua, em um atendimento de hospital, dentre vários outros ambientes onde se encontram, notam-se as dificuldades em que esses indivíduos se deparam ao tentar se comunicar com a maioria ouvinte. As pessoas não estão preparadas para se comunicar com os surdos, não se vê uma apropriação adequada da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Apesar da conquista dos surdos no espaço social, ainda há muito que evoluir em termos de igualdade.

A ausência de conhecimento da língua de sinais por parte dos ouvintes torna a comunicação com os surdos muito difícil. Por receio de não saber a linguagem, não saber comunicar-se com os surdos, os ouvintes acabam se distanciando deles e excluindo do processo de socialização por meio da comunicação. A criança surda na escola, no processo de ensino e aprendizagem, ainda se depara com essas barreiras que dificultam ou impedem que ela tenha um ensino eficaz, pois a socialização com os colegas, com o professor é muito importante para sua construção social.

Partindo desse pressuposto, justifica-se o presente estudo pela relevância que se tem de introduzir o surdo na sociedade, com a finalidade de torná-lo parte dela, incluindo seus direitos na construção de uma educação eficaz, possibilitando o crescimento do indivíduo como um todo. Sabendo da relevância de um bom atendimento aos indivíduos surdos, a pesquisa pretende responder a problemática de como funciona o atendimento ao aluno surdo em uma escola pública no Município de Luziânia - GO?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar como funciona o atendimento ao aluno surdo no município de Luziânia-GO, e como objetivos específicos: conhecer o funcionamento para o atendimento ao aluno surdo na escola regular; identificar os recursos disponibilizados e distribuídos a fim de alcançar o atendimento educacional aos alunos surdos; verificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão do aluno surdo na escola.

O trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira etapa traz a divisão em capítulos, como segue: o primeiro capítulo aborda o contexto histórico ressaltando os precursores da educação dos surdos, a legislação que inclui esse público, as principais leis que estabelecem os direitos do indivíduo surdo. Os principais autores destacados nesse capítulo são Mazzota (2011), Novaes (2010) e Porto; Oliveira (2010), que falam sobre a

história da educação dos surdos desde a Antiguidade, destacando os momentos importantes dessa evolução, juntamente com as leis que defendem essa causa.

O segundo capítulo é composto pelo conceito de inclusão, abordagens sobre os problemas das escolas para o recebimento do aluno surdo. Na segunda etapa evidencia-se a metodologia, a análise e discussão dos dados coletados e as considerações finais da pesquisa. Os autores que deram suporte para essa segunda etapa são Damázio (2007), Lacerda (2009), Ropoli (2010) e Vigotsky (2011).

A investigação de abordagem qualitativa tem como método a pesquisa de campo. A entrevista semiestruturada será a técnica utilizada para coleta dos dados. Os participantes são a professora e a coordenadora pedagógica da escola campo.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO

1.1 A história da educação dos surdos

A trajetória dos surdos no contexto histórico foi marcada por muitos transtornos, abandono e descaso. A sociedade ágrafa os via como maldição, castigo dos deuses para com a família e até mesmo como possessos. Conforme Novaes (2010), a falta de conhecimento sobre o surdo fazia com que muitas ideias equivocadas fossem surgindo. Tratava-se de um fato curioso na sociedade. A fala era entendida como o único meio de expressão do pensamento, logo deduzia que se os surdos não falavam, não pensavam. Alguns eram condenados à morte no nascimento, outros deserdados, torturados e submetidos aos rituais de exorcismo. Segundo Novaes (2010, p. 42), “[...] na Índia Antiga, as pessoas deficientes, bem como as pessoas portadoras de doenças incuráveis, eram atiradas às águas do rio Ganges, com suas bocas e narinas tapadas com a lama do rio sagrado”. Novaes (2010) ressalta que na Suécia até o ano de 1600, era natural a morte de pessoas doentes e idosas por seus familiares.

Pensava-se que os surdos não eram capazes de aprender pelo fato de não se apropriarem da mesma linguagem falada da maioria das pessoas. Por não ouvirem, acreditava-se na impossibilidade de serem ensinados e por isso não eram inseridos no ambiente educacional, eram excluídos e isolados da sociedade. Não eram considerados parte da sociedade e eram tomados todos os seus direitos de cidadão. De acordo com Novaes (2010, p. 41), “[...] em Atenas, uma lei determinava a morte das pessoas inúteis, quando a cidade estava sitiada, para aumentar a chance de sobrevivência dos perfeitos”. Qualquer que fosse a deficiência de uma pessoa, era considerada imperfeita e por isso não podiam se misturar com as outras pessoas que eram consideradas “perfeitas”. Apesar do autor não identificar o tempo exato em que ocorreram esses fatos, ele explica que esses relatos aconteceram antes do Renascimento.

Nota-se uma grande rejeição pelo surdo no decorrer dos séculos, julgamentos equivocados quanto a sua inteligência e lhes era tirado os direitos básicos de vida como um ser humano e principalmente duvidavam de sua capacidade de aprender e interagir como os demais. Conforme Sasaki (2006 *apud* PORTO; OLIVEIRA, 2010, p. 19), “as práticas em torno da deficiência se dividem em quatro pressupostos ao longo da História: exclusão, segregação, integração e inclusão”. Porto e Oliveira (2010, p.19) ressaltam que, “embora

possa constatar a não linearidade dos fenômenos históricos, esses quatro pressupostos são resultados de períodos da história”. No primeiro, o deficiente era abandonado pela sociedade, acreditava-se que eles eram enfeitiçados, a deficiência era atribuída ao anormal. Na segregação, o deficiente passa a ser visto como doente, no qual precisa de tratamento e cuidados médicos. “A exclusão dá lugar então ao reconhecimento a partir do período denominado segregação, isto é, de institucionalização da deficiência” (SASSAKI, 2006 *apud* PORTO; OLIVEIRA, 2010, p. 21).

Contudo, na segregação, o deficiente não participava do ambiente educacional, não era inserido como parte da educação, era feita uma ação assistencialista, em que passaram a ser tratados como pessoas que precisavam de cuidados médicos. Não existia a possibilidade de serem ensinados, julgavam ser incapazes de aprender. A partir do século XX, as ações e práticas da segregação diminuem e dão lugar à integração e inclusão. Conforme Porto e Oliveira (2010, p. 25) nos períodos denominados de integração e inclusão, as políticas públicas tendem a dirigir-se para a importância do coletivo, das ações sociais e das interações como fonte de desenvolvimento humano. Porto e Oliveira (2010, p. 21) acrescentam que “é no Renascimento que surge a preocupação com as pessoas deficientes e as explicações científicas para os males da época que muito incomodava a sociedade”.

Porto e Oliveira (2010) ainda ressaltam que no período denominado integração, os deficientes passaram a ser inseridos no ambiente educacional, porém, não era possível que as escolas e outros ambientes públicos estivessem preparados para o recebimento da criança com deficiência. A criança era responsável por sua adaptação na escola, apesar de serem recebidas, não havia uma garantia de ensino diferenciado que viria a suprir as necessidades dessas crianças, nem mesmo profissionais capacitados para ensiná-los.

Portanto, os estudiosos buscaram uma nova forma de inserir a pessoa com deficiência, onde surgiu o movimento pela inclusão, que foi surgindo na segunda metade da década de 80 no século XX. Esse movimento foi consolidado em 1990.

O movimento mundial pela inclusão, como uma ação política, social e pedagógica, desencadeou a defesa do direito de todos os alunos deficientes estudarem em escolas de ensino regular, aprendendo sem nenhum tipo de discriminação, onde o sistema escolar se adapta às necessidades dos alunos. A educação inclusiva constitui paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (PORTO; OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Em meio a críticas pela forma de integração, visto que as práticas eram insuficientes para a aprendizagem desses alunos, houve novas propostas e reformulações

sugeridas em prol de uma concepção educacional mais eficaz: a inclusão, a qual foi consolidada por volta dos anos de 1990.

1.2 Precusores da educação dos surdos

Em meio a esse processo conturbado de aceitação das pessoas com deficiência, foram surgindo desde a antiguidade, defensores da causa, os quais fizeram parte da luta pela inclusão dos surdos. Nos registros de pesquisadores, nota-se uma busca pela cura do surdo, uma “cura da surdez”, visto como uma enfermidade, sem considerar uma forma diferente de comunicação. A ideia era transformá-los em ouvintes. Os primeiros professores de surdos que se têm relatos tentavam ensiná-los a falar verbalmente. É importante ressaltar que alguns filósofos da Idade Antiga 476 d.c, buscavam respostas a respeito dessas pessoas. Havia ideias diversas a respeito delas, tratava-se de um fato curioso na sociedade antiga. Segundo Mazzotta (2011), nos estudos históricos mostram que um dos primeiros lugares a atenderem os deficientes foi na Europa onde a condição do deficiente foi sendo alterada em busca de melhoria.

De acordo com Mazzotta (2011) a primeira obra divulgada com o tema relacionado à educação de deficientes teve como autor, Juan Paul Bonet, na França. A obra tinha por objetivo ensinar os surdos a falar. Nota-se que nessa época, por volta dos anos de 1620, esse precursor começa a pesquisar e testar uma educação com o ensino voltado para esse público. A ideia teve grande repercussão, sendo alastrada pelo mundo. A primeira escola pública para surdos nos E.U.A, foi constituída em 1817, seu criador foi Thomas H. Gallaudet. Entre outros colaboradores, da evolução da educação dos surdos, o mais conhecido é abade Charles Michel de L'Épée, que fundou a primeira escola pública para os surdos, nomeada “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris”. L'Épée, publicou também algumas obras, sobre o conhecimento do ensino para surdos e inventou o método de sinais. Esses avanços no Brasil surgiram por volta da década de 1950, do século XIX, com um atendimento escolar voltado para os cegos, no governo do Imperador D. Pedro II. A primeira escola brasileira com influência francesa para surdos foi criada no Rio de Janeiro em 1856, hoje conhecida como Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), pelo educador francês E. Huet. A escola passou por mudanças, até que em 1957, denominou-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (MAZZOTTA, 2011).

Segundo Strobel (2009), após a população surda ter ganhado espaço na sociedade em termos educacionais houve um acontecimento em um congresso que ocorreu nos dias 6

a 11 de setembro em Milão, na Itália no ano de 1880, o qual trouxe retrocessos para a luta em busca da igualdade de expressão dos surdos. A votação teve o intuito de excluir a língua de sinais da educação dos surdos. O pretexto usado era de que a linguagem oral deveria ser priorizada independentemente de qualquer necessidade, pois, o uso da língua de sinais comprometeria a fala e consecutivamente a elaboração das ideias.

Em consequência desse evento, as escolas definiram o uso do método oral para o ensino de surdos, em que a linguagem de sinais foi proibida, dificultando a educação desses alunos. Em decorrência desse fato, essas escolas foram enfraquecendo, pois houve evasão desse público e uma recaída na qualidade do ensino, limitando o aprimoramento das habilidades dos discentes. A proibição da língua de sinais perdurou por mais de 100 anos.

A partir desse acontecimento, a população surda começou a reerguer suas forças em busca dos seus direitos. Eles formavam associações que visava ajudar um ao outro em suas dificuldades e necessidades, já que não recebiam o apoio da sociedade ouvinte.

1.3 Legislação para o aluno deficiente

Tempos depois, surgiram novas organizações, conferências que vieram novamente trazer o direito do surdo, dentre elas citamos uma das primeiras mais importantes para essa construção social do surdo, que foi a declaração de Salamanca em 1994.

A declaração de Salamanca foi uma Conferência Mundial, que ocorreu nos dias 7 a 10 de julho de 1994, em Salamanca, na Espanha, o evento contou com a presença de 88 governos e 25 organizações internacionais, com o intuito de propor e debater sobre um modelo de educação para todas as pessoas. A prioridade da conferência foi estabelecer a educação para crianças, para os jovens e adultos com necessidades especiais a fim de proporcionar a inclusão desse público no ambiente educacional, introduzindo a preparação do ambiente para o recebimento dos alunos e provisão financeira para este fim (MEC, 2006 p.9).

O movimento foi um “divisor de águas” da educação especial, pois por meio dele, os governos começaram utilizar medidas e providências de leis e decretos para a consolidação da educação para pessoas com necessidades especiais e inclusão dessas pessoas no âmbito educacional. Por exemplo, previa o aprimoramento das habilidades dos profissionais dessa área de atuação com o intuito de capacitá-los para o ensino especial.

Começa uma grande luta pela igualdade de direitos dos deficientes, em que passam a ganhar espaço na sociedade, reconhecidas por Lei. Dentre elas destacam-se três principais: Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000; Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002; Decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

No ano de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi estabelecida a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro, em que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, como segue:

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2000, p. 2).

Com essa Lei, as pessoas com deficiência puderam ter acesso aos ambientes públicos, com menor dificuldade de se locomover, podendo ser inseridas na sociedade com mais facilidade e segurança, ou seja, foi construído ambientes adaptáveis a elas a fim de integrá-las com segurança e acesso. Todos os ambientes públicos, de uma forma geral, asseguram, de acordo com a lei, que o deficiente tenha ambientes acessíveis, banheiros, estacionamentos, acessibilidade em edifícios públicos ou de uso coletivo, dentre outros critérios de forma a promover o acesso. Inclui também a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assegurando a comunicação ativa do surdo na sociedade.

A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, conhecida como a Lei de LIBRAS, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, sendo incluída no poder público, garantindo o tratamento adequado ao surdo, promovendo também a capacitação de profissionais para o ensino e inserindo a inclusão desse aluno. Como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Libras:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – (LIBRAS) e outros recursos de expressão a ela associados.
Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p. 23).

Em 2005, surge o decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro, o qual regulamenta a lei, que surge com um novo olhar voltado para a educação dos surdos, incluindo a LIBRAS como disciplina curricular nas escolas, a formação do professor de LIBRAS, do instrutor da Língua Brasileira de Sinais e também do intérprete e tradutor de LIBRAS - língua

portuguesa, a lei também garante a educação para esses indivíduos, incluindo o direito à saúde. Segue os artigos dispostos no decreto de nº 5.626/05:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, p. 28).

Em conformidade com a lei, as normas são impostas com a intenção de alcançar uma educação eficaz para as pessoas deficientes, com o objetivo de promover direitos a todos, respeitando suas especificidades e limitações no âmbito social e cultural. O decreto de nº 5.626/05, em específico, dita a obrigatoriedade de implantar a Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular para a formação de professores. É uma importante conquista na história pela igualdade de direitos na luta dos deficientes, um ideal almejado e buscado por esse público durante séculos. A lei estabelece critérios significantes para que se tenham professores preparados para o atendimento educacional especializado, a fim de alcançar esses aprendizes com um ensino eficiente, que venha suprir as necessidades de aprendizagem desses alunos, possibilitando condições de ensino adequado.

A política de educação municipal de Luziânia sugere diretrizes e direcionamentos para o atendimento às pessoas com necessidades especiais e com deficiência na Rede Municipal de Ensino. A política é composta de conjecturas políticas, legais, administrativas, conceituais dentre outros pressupostos, com o objetivo voltado para o atendimento às necessidades especiais.

O documento ainda compromete-se em melhorar os recursos, priorizando a saúde e a educação desse público. Visa também envolver o grupo familiar em campanhas para discussão e esclarecimento sobre a formação da educação especial. A política Municipal propõe a elaboração e aprovação de projetos de leis em prol do benefício das pessoas com necessidades especiais.

Essa política municipal compreende em implantar escolas para o atendimento das pessoas com necessidades especiais de acordo com as especificidades bem como as necessidades do atendimento e modalidades do ensino especializado: “[...] escola pólo para alunos surdos e deficientes auditivos; escola pólo para alunos cegos; escola pólo para educação Profissional para jovens e adultos [...]” (Política Municipal de Educação

Especial-Luziânia, 2005). Inclui no presente documento, a implantação de classes especiais nas escolas regulares, para o atendimento de estudantes que possuam dificuldades de aprendizagem ou comportamentais a fim de proporcionar um atendimento que supra as necessidades educacionais desse aluno.

CAPÍTULO 2 – CONHECENDO O ALUNO SURDO

2.1 Caracterização da deficiência auditiva

A cerca do termo correto em relação ao surdo, “ainda que na constituição o termo “portador” de deficiência seja usado, o mesmo é incorreto” (NOVAES 2010, p. 36). O termo traz um sentido oposto do significado, portanto, é importante que se compreenda a forma correta de expressão dos termos. Partindo desse pressuposto, a maneira correta do uso do termo é “pessoa com deficiência”.

Portador de necessidades especiais dá o sentido de que a pessoa está portando sua deficiência, assim como porta consigo, por exemplo, objetos pessoais os quais a pessoa pode deixar de carregar quando bem desejar (NOVAES, 2010, p. 36).

A expressão “surdo-mudo”, usada por muitos, também é incorreta, pois a surdez se dá ao fato de que a pessoa não ouve e conseqüentemente não fala por não ouvir, um acompanhamento com um fonoaudiólogo, pode fazer com que esse indivíduo consiga falar. Nota-se, portanto que a fala só é comprometida pelo fato de não ouvir.

Em complemento das definições da surdez, “o deficiente auditivo é a pessoa que não tem surdez profunda, sua limitação sensorial é parcial” (NOVAES, 2010, p.39). Portanto, é importante estar atento às diferenças entre os níveis da surdez.

[...] o surdo é a pessoa com limitação sensorial de forma total. A terminologia correta a ser utilizada é “pessoa surda”, caso sua surdez seja profunda, ou “deficiente auditiva”, caso a pessoa ainda ouça, mesmo que de forma parcial. A terminologia “surdo-cego” também é correta. Trata-se de pessoa que apresenta deficiências visual e auditiva concomitantemente (NOVAES, 2010, p. 39).

É importante perceber que a surdez é composta de níveis diferentes, e as terminologias usadas para identificar esses níveis se diferem. Os graus e classificações da surdez são identificados por exames médicos, em que o fonoaudiólogo poderá identificar o grau de surdez de seu paciente. A surdez pode ser classificada como condutiva, neurossensorial e mista: condutiva, é causada por um problema localizado no ouvido externo. Neurossensorial ocorre quando há uma lesão no ouvido interno e mista que ocorre quando há ambas perdas auditivas (condutiva e neurossensorial) numa mesma pessoa.

Em relação ao tempo em que a surdez é adquirida depende de cada caso, ela pode ser desenvolvida por meio de vários fatores. Pode se dar por duas formas; forma “congenita”, em que a criança já nasce surda, conhecida também como surdez pré-lingual, ou seja, ocorre antes que o indivíduo se aproprie da linguagem. E a surdez “adquirida”, que o indivíduo adquire depois do nascimento podendo ser antes ou depois de se apropriar da linguagem, pré-lingual ou pós-lingual (NOVAES, 2010).

Ao conhecer um pouco mais sobre o que é surdez, pode-se constatar que há fatores diversos que influenciam na perda auditiva, antes ou depois do nascimento, e não necessariamente a surdez é transmitida somente geneticamente, por exemplo, pais que não possuem deficiência auditiva podem ter uma criança surda ou pais surdos podem ter crianças com perfeitas condições auditivas. Conheça alguns fatores que causam a surdez:

a) Pré-natais: provocada por fatores genéticos e hereditários, bem como por doenças adquiridas pela genitora no processo de gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus); b) Peri-natais: pelo fato de o parto se dar de forma prematura, por falta de oxigenação no cérebro imediatamente após nascer (anóxia cerebral) ou pelo fato do parto ser marcado por traumas, como o uso inadequado de fórceps, partos excessivamente rápidos ou demorados (NOVAES 2010, p. 44).

Pode-se acrescentar ainda que “outros fatores que podem ainda provocar a surdez são a sífilis, o herpes a má-formação de cabeça e pescoço, o nascimento com baixo peso, a meningite” (NOVAES 2010, p. 44). A surdez é analisada como “unilateral” (em apenas um ouvido) ou “bilateral” (dois lados). Para a análise da surdez, o instrumento utilizado pelos fonoaudiólogos é o audiômetro, ele mede a sensibilidade auditiva. “Os graus da surdez são avaliados conforme a perda auditiva na zona conversacional do melhor ouvido” (NOVAES, 2010, p. 45). As perdas auditivas são classificadas segundo o decreto de nº 5.626 (BRASIL, 2005):

1. Quadro – Classificação da Surdez

Limiares Totais	
Audição normal	0 a 15 dB
Deficiência auditiva suave	16 a 25 dB
Deficiência auditiva leve	26 a 40 dB
Deficiência auditiva moderada	41 a 55 dB
Deficiência auditiva moderadamente severa	56 a 70 dB
Deficiência auditiva severa	71 a 90 dB
Deficiência auditiva profunda	Acima de 91 dB

Fonte: adaptado de Novaes (2010, p.45).

Pode-se constatar também que “em relação ao desenvolvimento de uma criança, essa alteração pode acarretar várias implicações, conforme o grau de surdez” (NOVAES, 2010 p. 45). Cada uma dessas classificações acompanha características e graus diferentes, observe a descrição de cada uma delas, as quais caracterizam esses graus de surdez segundo Novaes (2010, p.45):

a) **Na surdez leve**, o indivíduo percebe os sons da fala, comunica-se verbalmente, portanto em crianças com esse grau de surdez costumam ser diagnosticadas mais tarde,

pois não apresentam muita dificuldade, nem mesmo necessitam de aparelho auditivo; b) **Surdez moderada** - Nesse grau de surdez, a criança apresenta algumas dificuldades para ouvir os sons nitidamente, ainda mais quando há ruídos no ambiente, costuma ser desatento, e pode acarretar problemas na aprendizagem, na fala ou leitura; c) **Surdez severa** - O indivíduo apresenta dificuldades em verbalizar, ouvir e entender os sons das letras e palavras, dificultando sua fala e pode vir a necessitar do uso de aparelho auditivo e; d) **Surdez profunda** - A criança não consegue ouvir os sons, somente sons muito intensos os quais permitem sentir a vibração como trovões, aviões, esse indivíduo se apropria da leitura orofacial. Nesse caso, é necessário cirurgia coclear ou aparelho auditivo para que consiga ouvir. Portanto, é possível perceber a diferença entre esses níveis.

Ao compreender um pouco mais sobre o que é a surdez, Damázio e Ferreira (2010) relatam que o conhecimento do surdo não pode ser limitado a sua deficiência, pois ele não é desfavorecido pela deficiência, mas sim pela falta de comunicação como segue:

A ruptura com o mundo ouvinte não marcará ou respeitará a diferença da pessoa com surdez, ou mesmo lhe retirará a deficiência, que é determinada pelo biológico, mas a falta de audição não impede de desenvolver as possibilidades de significações e definições na sociedade do conhecimento, uma vez que a demarcação do território ouvinte ou surdo não é algo real ou concreto, pois as relações políticas e sociais envolvem todo e qualquer ser humano, independente de sua deficiência ou não (DAMÁZIO; FERREIRA 2010, p. 46).

Compreende-se, portanto, que a pessoa surda não sofre prejuízos cognitivos e nesse caso, não possui dificuldades para ser educado. A única barreira que o impede de aprender é a comunicação. Rompendo essa barreira, não há o que impeça que o surdo possa ser um cidadão comum, fazendo parte da sociedade de forma igual ao indivíduo que não tenha a mesma deficiência.

É importante compreender que existem duas filosofias educacionais (principais), a respeito dos surdos, as quais dividem, diferem e norteiam a forma de ensino que é levado ao público surdo. São elas o oralismo e bilinguismo, que são definidas como: a) oralismo que defende o aprendizado apenas da língua oral e; b) bilinguismo que defende o aprendizado da língua oral e da língua de sinais, reconhecendo o surdo na sua diferença e especificidade (FERREIRA BRITO, 1993 *apud* NOVAES, 2010, p. 47).

O oralismo defende a ideia de que o surdo deve ser ensinado por meio da língua oral, comunicando-se como os ouvintes, ou deve chegar ao mais próximo possível da oralidade, ainda hoje há quem defenda o oralismo. Já no bilinguismo, a ideia que se defende é a de ensinar o surdo a língua oral e a língua de sinais em que o surdo é compreendido e valorizado em sua diferença, respeitando sua forma mais propícia de

aprendizado e lembrando que a primeira língua dos surdos é a língua de sinais e a segunda língua é a Língua Portuguesa (no Brasil). Assim, Bilinguismo é o método que se apropria da língua de sinais e da língua oral (na modalidade escrita e, quando possível falada).

2.2 A deficiência auditiva na perspectiva de vigotski

Vigotski (2011) em seu livro “A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal”, aborda sobre os processos de desenvolvimento da criança por meio do processo natural e cultural. O autor (2011) defende o ensino e a aprendizagem da criança deficiente. Destacando que a criança deficiente consegue com auxílio atravessar as barreiras de suas dificuldades, superar suas limitações e encontrar o caminho do conhecimento.

Vigotski (2011) enfatiza ainda sobre a criança aprender por meio de sua cultura, é importante que essa criança esteja inserida em sua cultura, na sociedade, juntamente com outras crianças para que consiga aprender. O que acontece é que normalmente, não se vê uma preparação para o recebimento desse aluno, pois tudo a nossa volta foi projetado para o cidadão sem necessidades especiais, como segue:

Todo o aparato da cultura humana (da forma exterior de comportamento) está adaptado à organização psicofisiológica normal da pessoa. Toda a nossa cultura é calculada para a pessoa dotada de certos órgãos – mão, olho, ouvido – e de certas funções cerebrais. Todos os nossos instrumentos, toda a técnica, todos os signos e símbolos são calculados para um tipo normal de pessoa. E daqui surge aquela ilusão de convergência, de passagem natural das formas naturais às culturais, que, de fato, não é possível pela própria natureza das coisas e a qual tentamos revelar em seu verdadeiro conteúdo. Quando surge diante de nós uma criança que se afasta do tipo humano normal, com o agravante de uma deficiência na organização psicofisiológica, imediatamente, mesmo aos olhos de um observador leigo, a convergência dá lugar a uma profunda divergência, uma discrepância, uma disparidade entre as linhas natural e cultural do desenvolvimento da criança (VIGOTSKI, 2011, p. 867).

Portanto, a criança com deficiência, com o auxílio de um mediador, consegue aprender. E isto ocorre mediante os níveis de aprendizagem propostos por Vigotski que são conhecidos como a zona de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal. Estes níveis podem ser compreendidos da seguinte forma: a) zona de desenvolvimento real (ZDR) é o nível em que a criança consegue fazer determinadas coisas sozinhas, com seu próprio conhecimento e b) zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é o nível em que com o auxílio de um mediador, ela consegue ir mais adiante e fazer algo que sozinha não poderia conseguir.

Desse modo, a criança surda por meio da ZDP, além do professor e do intérprete precisa de um método de ensino adaptado à sua dificuldade para conseguir se comunicar, no caso a LIBRAS, que é composta por uma simbologia visual. Contudo, o aluno surdo irá superar suas limitações por meio do professor, do intérprete e da Libras para desenvolver sua aprendizagem (SOUSA; ROSSO 2011. p. 5897 *apud* VIGOTSKI, 1989, p.97).

2.3 O aluno surdo na escola inclusiva

Muito se tem falado em escolas inclusivas, mas o que é uma educação inclusiva? Qual seu objetivo? Ao inserir o aluno deficiente na escola, ele passa a conviver em uma multiplicidade, crianças e pessoas diferentes de sua realidade. Mas o objetivo da educação inclusiva, justamente é fazer com que esse aluno faça parte dessa sociedade heterogênea, com deficiência ou não, cada indivíduo tem sua particularidade e diferença, dificuldades que os tornam únicos em uma sociedade diversa. Nesta perspectiva,

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (ROPOLI, 2010, p. 8).

Desse modo, o indivíduo quando separado, excluído do ambiente social e diverso da escola, dificilmente irá se desenvolver como os demais. Mas, a junção dessas diferenças é que fazem com que esse aluno venha progredir em seu meio cultural e social. A educação inclusiva acredita nessa não separação dos indivíduos, mas em sua cooperação para a progressão de ambos.

E para auxiliar na promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do aluno deficiente as escolas regulares podem contar com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE é um recurso que tem como objetivo

ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular [...], aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola (ROPOLI, 2010, p.18).

De acordo com a cartilha desenvolvida pelo MEC, o AEE para alunos com surdez deve prosseguir da seguinte forma:

O trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngüe, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Um período adicional de horas diárias de estudo é indicado para a execução do Atendimento Educacional Especializado (DAMÁZIO, 2007, p.25).

Damázio (2007) ainda ressalta que esse planejamento para o AEE é elaborado em conjunto pelos professores de Libras e os professores de Língua Portuguesa, iniciando com o conteúdo curricular, pesquisando e definindo o conteúdo que será abordado. Em seguida o plano de aula é elaborado juntamente com os recursos didáticos que serão usados para a aula.

Os alunos com surdez são observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. Focaliza-se a observação nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos. Registram-se as observações iniciais em relatórios, contendo todos os dados colhidos ao longo do processo e demais avaliações relativas ao desenvolvimento do desempenho de cada um (DAMÁZIO 2007, p.26).

Esse atendimento possibilita a mediação do grupo de ensino (professor, intérprete, coordenador pedagógico) para melhor aprendizagem dos alunos surdos, agindo criteriosamente para a elaboração do plano de ensino, respeitando as especificidades dos alunos e sendo ponte para o conhecimento e o aprimoramento das habilidades desses discentes.

Nesse sentido, pode-se perceber que a inclusão abre portas para a convivência, a troca de experiências e assim consecutivamente o desenvolvimento e desempenho desses aprendizes para alcançarem significativo progresso. Apenas incluí-los na escola não resolverá o problema em questão, pois é preciso traçar planos e estratégias necessárias para que se tenha seu pleno desenvolvimento, e nessa perspectiva o intérprete e tradutor tem papel importante para a construção do conhecimento do indivíduo surdo. De acordo com Pagura (2003 *apud* LACERDA, 2009, p. 16).

O propósito principal tanto da tradução quanto da interpretação é fazer com que uma mensagem expressa em determinado idioma seja transposta para outro, a fim de ser compreendida por uma comunidade que não fale o idioma em que essa mensagem foi originalmente concebida.

É importante observar a importância do intérprete para a comunicação do surdo, por meio dele, o surdo poderá comunicar-se com o mundo ouvinte, compreendendo os diálogos e significações para seu entendimento. Partindo dessa ideia, é de grande relevância a atuação desses profissionais principalmente nas escolas que os recebem. Por meio da intervenção do intérprete, o surdo conseguirá socializar-se com a comunidade e com o mundo que o cerca. Damázio (2007, p. 49) afirma que

A função de traduzir/interpretar é singular, dado que a atuação desse profissional leva-o a interagir com outros sujeitos, a manter relações interpessoais e profissionais, que envolvem pessoas com surdez e ouvintes, sem que esteja efetivamente implicado nelas, pois sua função é unicamente a de mediador da comunicação.

Damázio (2007) ainda ressalta que o intérprete em sala de aula, tem a função de mediar a comunicação entre os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar, dentre eles destacamos o professor, os pais e funcionários da escola, e não se reduz apenas em interpretar o conteúdo da sala de aula. É relevante destacar que o intérprete tem essa função de mediar a comunicação, mas o professor regente é que é o responsável pelo ensino para o surdo. Ou seja, o intérprete colabora na tradução do conteúdo, fazendo assim um trabalho em conjunto.

Damázio (2007, p. 25) também enfatiza que a prática docente desenvolvida no AEE com o aluno surdo deve ser dividida em três momentos didáticos- pedagógicos:

Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez. Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais. Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa.

O Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em seu espaço de ensino, conta com vários recursos, para dar suporte ao ensino do conteúdo em estudo da sala de aula. Dentre esses recursos podemos destacar gravuras, murais, maquetes, painéis que possibilitarão uma amplitude do conteúdo estudado. Deve ser feito o registro do desenvolvimento e participação de cada aluno. Esse planejamento é desenvolvido pelo professor de Libras especializado em conjunto com o professor da turma comum e ocorre em horário contrário ao da aula comum.

O segundo momento citado pela autora, é o Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras. Esse atendimento, inicialmente, conta com diagnóstico do aluno surdo, de acordo com o nível de desenvolvimento da língua de sinais que esse indivíduo possui. Caso não tenha um sinal para determinar certos termos

científicos, por exemplo, o instrutor ou professor de Libras, faz essa intervenção analisando e adequando um sinal que corresponda o termo para compreensão do aluno.

É interessante entender que para o atendimento de Libras, o professor surdo amplia as possibilidades dos alunos com surdez, sendo mais propício esse atendimento do que o de um professor ouvinte, pois segundo Damázio (2007, p. 37) “[...] o contato com crianças e jovens com surdez com adultos com surdez favorece a aquisição dessa língua”. Esse atendimento também conta com os recursos visuais em sala de aula. Os alunos contam com um caderno de registro que funciona como um dicionário, elaborado com gravuras para as dúvidas, sendo esse registro um ótimo recurso.

O terceiro e último momento é o Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Língua Portuguesa. Esse atendimento é necessariamente desenvolvido por um professor de Língua Portuguesa e acontece em uma sala de recursos multifuncionais, também em horário contrário ao da aula comum. O objetivo desse atendimento é

[...] desenvolver a competência gramatical ou linguística, bem como textual, nas pessoas com surdez, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas (DAMÁZIO 2007, p. 38).

Já a sala de recursos multifuncionais deve ser organizada de acordo com os seguintes critérios:

Riqueza de materiais e recursos visuais (imagéticos) para possibilitar a abstração dos significados de elementos mórficos da Língua Portuguesa. Amplo acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, para que os mesmos possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação de enunciação. Dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios, os quais devem ser trabalhados em contextos de usos diferentes (DAMÁZIO, 2007, p. 38-39).

Esse processo de ensino deve ser iniciado na educação infantil e prosseguindo para as séries seguintes. O atendimento é elaborado pelo professor de Libras e o professor da turma comum, seu contexto tem foco no ensino da Língua Portuguesa, suas estruturas gramaticais e a compreensão da construção da Língua Portuguesa como um todo. Assim,

No Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, o canal de comunicação específico é a Língua Portuguesa, ou seja, leitura e escrita de palavras, frases e textos, o uso de imagens e até mesmo o teatro, para a representação de conceitos muito abstratos. Vários recursos visuais são usados para aquisição da Língua Portuguesa (DAMÁZIO, 2007, p. 45).

Por fim, todo esse atendimento é organizado com o intuito da promoção da aprendizagem do aluno surdo, buscando sua valorização no âmbito educacional e viabilizando uma educação de qualidade, propiciando e facilitando a convivência deste com os ouvintes na sala de aula comum, proporcionando a interação de ambos independentemente de suas diferenças.

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1 Pesquisa qualitativa

Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31), “[...] a pesquisa é a atividade nuclear da ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar [...]”. Nota-se a importância da pesquisa para que se tenha um conhecimento aprofundado sobre o objeto estudado. As autoras (2009, p. 31) ainda ressaltam que “[...] a pesquisa é um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real”. A pesquisa é a base primordial para a construção de um projeto. Para que se consiga alcançar os objetivos em uma pesquisa, é necessário que se aproprie de uma metodologia de pesquisa, a qual norteará o trabalho.

O presente trabalho é construído quanto à abordagem de pesquisa qualitativa, pois “[...] visa não se preocupar com a representatividade numérica, mas sim no aprofundamento do caso, busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32). O método qualitativo, portanto, busca conhecer o objeto de estudo.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

A pesquisa procurou conhecer a realidade dentro do âmbito educacional, bem como ainda saber quais escolas recebem esses alunos, como elas são preparadas para recebê-los e o perfil dos profissionais que atuam na área. Assim, almejando contribuir para a melhoria e solução do problema estudado.

1.2 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo, segundo Gil (2008), caracteriza-se pela abordagem direta dos indivíduos, buscando coletar dados suficientes a respeito do comportamento de um determinado grupo. Nesse tipo de pesquisa, apenas uma amostra do grupo pesquisado é entrevistado e os resultados obtidos são projetados para a totalidade, por meio de cálculos estatísticos. Uma das vantagens desse tipo de estudo é que se pode obter informações mais

detalhadas e trabalhar sobre dados mais concretos a partir da população que está sendo pesquisada.

1.3 Instrumento de pesquisa

A técnica utilizada para a construção do trabalho foi entrevista semiestruturada. De acordo com Gerhardt et al. (2009, p. 72) a entrevista semiestruturada é “um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”.

Dessa forma, essa técnica foi usada na pesquisa como instrumento de coleta de dados importantes para análise. Por meio dessas questões (roteiro), foi possível obter informações que nortearam a pesquisa e trouxeram esclarecimento sobre o assunto a se tratar, possibilitando que se chegue a uma conclusão dos fatos.

1.4 Participantes da pesquisa

O público alvo a ser entrevistado foram a professora e a coordenadora pedagógica da escola, os quais ajudaram na obtenção dos dados para a produção da pesquisa. A coordenadora foi escolhida para a entrevista, pois, por meio dela, pode ser esclarecido como o aluno surdo é encaminhado para a escola.

Em concordância com o sigilo da pesquisa, foram dados nomes fictícios para as entrevistadas, onde “Orquídea” é o nome dado à professora e “Violeta” para a coordenadora pedagógica.

1.5 Ambiente da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola de rede pública Municipal, urbana e seu ensino é regular. A mesma é dividida em duas etapas de ensino: Ensino Fundamental e Educação especial. É formada por onze turmas sendo duas turmas destinadas ao atendimento especial, aos alunos surdos e D.A. (deficientes auditivos). A escola foi escolhida para a pesquisa pelo fato de fornecer o ensino educacional especial ao aluno surdo, podendo assim, ser a base contribuinte dos dados do presente projeto de pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao buscar respostas que respondam como funciona o atendimento ao aluno surdo em uma escola pública no município de Luziânia, as perguntas foram organizadas nas seguintes categorias: o processo de inclusão para o aluno surdo e os recursos para a promoção da aprendizagem e inclusão.

Questão de pesquisa 1 - O processo de inclusão para o aluno surdo.

Para entender o processo de inclusão do aluno surdo dentro da escola inclusiva foi perguntado às entrevistadas, quantos alunos deficientes auditivos haviam matriculados na escola e como ocorre o processo de inclusão, desde o acesso até a permanência do aluno D.A. (deficiente auditivo) e/ou surdo. A resposta foi a seguinte:

- São duas salas com um total de oito alunos, uma turma vai até o segundo ciclo e a outra turma, que é a minha, são crianças maiores, adolescentes, que é o quarto e quinto ciclos. O processo de inclusão é normal, nenhuma matrícula é recusada. Eles chegam, são matriculados normalmente e a permanência deles vai até o 5º ano, depois disso, vão para a escola estadual ou então, permanecem até completar 15 anos. O aluno que completa 15 anos é encaminhado para outra escola. (Orquídea).

- No caso são 8 alunos surdos, com surdez profunda e uma aluna implantada, possui implante coclear, mas ela já está inserida na sala de aula comum, com os ouvintes, o aluno implantado não tem mais acesso às turmas de Libras, a não ser que os pais optem por colocá-la nas turmas bilíngues, nas turmas específicas para os surdos, mas não é o caso dessa mãe, ela prefere que a filha seja matriculada nas turmas regulares, e ela tem esse direito por ser implantada (Violeta).

Ao analisar a resposta de Orquídea e Violeta pode-se notar que a escola não possui dificuldade na inserção do aluno surdo. Que esses alunos são divididos em duas turmas, uma com crianças maiores e outra com crianças menores, sendo essas turmas exclusivas para o atendimento com o aluno surdo e D.A, ou seja, esses alunos não são matriculados em turmas comuns.

No entanto, apesar de não ter sido evidenciado, as reais limitações destes alunos, já que a pesquisa não contemplava este aspecto, a inclusão para eles ocorre em classe especial que de acordo com a LDB, no art. 58, § 2º dispõe que

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2016, p.19).

Nessa perspectiva, espera-se que estes alunos não estejam sofrendo um processo de inclusão excludente como definido por Skliar (1998 *apud* GUARINELLO et al. 2006, p. 319) como “uma forma a partir da qual parece que grupos de surdos são considerados dentro de um sistema plural, democrático, porém, dentro da escola é praticada a exclusão”. Violeta em resposta a questão acrescentou ainda que:

- Primeiramente, o aluno vem encaminhado pelo Núcleo de Avaliação Diagnóstica (NAD) da secretaria de educação. Então, se ele procura diretamente a escola, a gente orienta que ele passe pela secretaria de educação, pelo departamento de necessidades educacionais especiais. Lá eles encaminham o aluno para a escola que estará mais preparada para receber esse aluno. No caso, nós somos uma das poucas escolas que recebem turmas bilíngues no município. (Violeta).

De acordo com Violeta pode-se identificar que para a inserção do aluno na escola, são feitos todos os trâmites do encaminhamento desse discente por meio da Secretaria de educação e quando encaminhado para a escola, também são feitos todo o processo de matrícula para a inserção desse indivíduo na classe, onde espera-se que ocorra uma verdadeira inclusão.

É importante, dentro dessa perspectiva de inserção do D.A e/ou surdo na escola, ressaltar a proposta de inclusão por meio do bilinguismo regulamentada pelo decreto de 5.626/05 que “prevê a organização de turmas bilíngües, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional” (DAMÁZIO, 2007, p. 20).

A proposta do bilinguismo vai além do inserir o surdo no espaço escolar comum, há uma preocupação em envolver o deficiente auditivo no mesmo espaço de aprendizagem dos ouvintes e para isso, devem ser feitas mudanças nas estruturas que envolvem a inserção desse aluno no espaço escolar, para que a inclusão não seja vista apenas como colocar o surdo no espaço comum.

Outra pergunta realizada pretendia saber como ocorre o atendimento especializado para os alunos com surdez a resposta foi a seguinte:

- Somos duas professoras de Libras, cada uma tem a sua turma, uma turma é composta pelos alunos menores e a minha que são os maiores. Nós organizamos nosso material pedagógico voltado totalmente como recurso visual para que eles possam compreender os conteúdos. Como são duas turmas, quando tem um aluno mais adiantado e outros não, mesmo assim eles ficam numa turma só,

igual na minha sala, tenho alunos que seriam do 4º e 5º ano. Então, o atendimento é igual. (Orquídea).

- Todos os nossos professores que fazem esse atendimento têm uma formação específica, adequada para esse atendimento. Todos são formados em Libras, todos têm pós-graduação e cursos de graduação nessa área (Violeta).

Conforme relatos pode-se perceber que Orquídea explana sobre materiais pedagógicos produzidos para que os alunos compreendam os conteúdos. Já Violeta não define como ocorre o atendimento, mas evidencia sobre a formação adequada para a execução do trabalho com o aluno surdo. Assim, o atendimento para aluno surdo é evidenciado na Resolução CNE/CEB Nº 02/2001 que ao regulamentar a organização das classes comuns prevê flexibilizações e adaptações curriculares quanto aos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos; além de serviços de apoio pedagógico especializado nas classes comuns (BRASIL, 2001).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com surdez também “deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa” (DAMÁZIO, 2007, p. 25). Essa proposta de inclusão ainda acrescenta que esse atendimento se divide em três momentos didático-pedagógicos, sendo eles: momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum e o momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa (DAMÁZIO, 2007).

De acordo com o esclarecimento do que é e como funciona o Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo pode-se identificar que o ambiente escolar deve oferecer adaptações curriculares quanto aos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos, serviços de apoio pedagógico especializado, além de um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. No entanto, em conformidade com a proposta de inclusão do MEC, nota-se que há controvérsias em relação à estrutura de ensino adotada pela escola pesquisada. Pois, apesar da escola ter profissionais graduados ou pós-graduados para esse atendimento esta não possui a estrutura de atendimento educacional especializado inclusivo.

Dando continuidade a entrevista, foi perguntado para as entrevistadas quais as dificuldades da escola para a inclusão dos alunos surdos. Foram obtidas as seguintes respostas:

- Eu não vejo dificuldades da escola para inclusão do aluno surdo, porque sempre que a escola faz algum evento em que os alunos fazem apresentações nós sempre os incluímos com os ouvintes, também brincamos na quadra, assim, a fim de incluí-los. Tanto é que eles adoram, ficam loucos quando fazemos alguma atividade extraclasse, eles já ficam querendo enturmar com os alunos da turma ouvinte, que são mais ou menos da mesma idade. Então assim, dificuldades, nós não temos nenhuma nesse termo. (Orquídea).

- Nós, não temos grandes dificuldades, porque por ser uma escola inclusiva, temos duas turmas preparadas para receber o aluno surdo, então não temos maiores dificuldades não. (Violeta).

Orquídea responde à pergunta dizendo que a escola não possui dificuldades para inserção inclusiva do surdo, tendo em vista que é proporcionado a eles momentos de interação, como a participação nos eventos da escola, nas horas recreativas ou atividades realizadas juntamente com a turma ouvinte. Já Violeta, diz que a escola não tem dificuldades para a inclusão desse aluno pelo fato de terem turmas preparadas para esse atendimento.

Conforme Damázio (2007, p. 14) “a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado”. A escola como podemos observar por meio da resposta de Violeta, usa de momentos de interação para promover a inclusão, mas é importante compreender que a inclusão não pode ser limitada apenas por momentos de interação desses alunos. A inclusão é muito mais abrangente e deve ser inserida no ensino diário da sala de aula. Segundo Mantoan (2003, p. 32), “a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas” [...].

Orquídea complementa sua resposta com o seguinte diálogo:

- Complementando, aqui nós somos duas professoras, e o curso de Libras que tivemos foi em 2003, daí para cá nunca mais tivemos. Quando vem esses cursos para a cidade são os cursos básicos de iniciação que no caso nós já fizemos há quinze anos. Precisamos de um curso de aprofundamento em Libras. Quando queremos e precisamos fazer um curso como esse, devemos nos deslocar para

Brasília, é um gasto muito grande, pois o curso não é barato e a gasolina também não. Fazemos porque amamos nossa profissão e nos dedicamos para nos tornarmos cada vez mais capacitadas. Seria muito bom se pudesse ter um curso gratuito na cidade, nós sempre corremos atrás, a secretaria de educação sempre diz que trará, mas nunca vem. É uma situação ruim, pois queremos abranger nossos conhecimentos, mas na área de Libras, aqui não tem. Essa é a dificuldade que temos.

Conforme o relato de Orquídea, em sua visão, a escola não possui dificuldades na inclusão do surdo, segundo ela, a dificuldade enfrentada na escola é a falta de investimento na formação do professor de Libras, e em consequência disso, encontram barreiras para aprimorar seus conhecimentos em Libras. Tendo em vista a importância do profissional que trabalha com o surdo, sua capacitação deve ser valorizada, para que este tenha suporte a fim de ampliar seus conhecimentos e se tornar cada vez mais capaz para o ensino, pois “o que de fato o sistema educacional necessita, além de uma política educacional comprometida com a qualidade de ensino, é de um profissional bem formado em todas as modalidades de ensino” (FONSECA; BRITO; JANES, 2012, p. 26).

Enfim, pode-se comprovar que a escola pesquisada não segue ao modelo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no qual favorece um atendimento diferenciado e focado no ensino e aprendizagem específico do aluno com necessidade especial. A escola é organizada em turmas especiais para os alunos deficientes e salas comuns para os alunos que não possuem a deficiência, o que contradiz a nova forma de inclusão que prevê o ensino para os alunos surdos no mesmo ambiente de ensino dos ouvintes. Então, pode-se concluir que o AEE está sendo negligenciado para o aluno surdo uma vez que não funciona conforme orientação da legislação e de documentos do MEC. A inclusão oferecida pela escola se limita apenas a momentos de interação, no qual não permite que esse aluno venha disfrutar da plena inclusão. “A educação inclusiva é mais do que a retirada dos obstáculos que impedem todos os alunos de frequentarem a escola regular” (FONSECA; BRITO; JANES 2012, p. 16). Nota-se ainda que o aluno surdo não possui dificuldade de ser inserido no ambiente escolar, mas isso não garante que ele tenha um total ensino inclusivo, pois a exclusão acontece dentro do ambiente escolar.

Questão de pesquisa 2 – Recursos para a promoção da aprendizagem e inclusão.

Em busca de conhecer um pouco mais sobre a realidade da escola pesquisada, foi perguntado às entrevistadas, se a escola dispõe da equipe multidisciplinar para o trabalho com o aluno surdo e como esse trabalho é desenvolvido. Como resposta obteve-se:

- A escola não dispõe de uma equipe multidisciplinar para o trabalho com o surdo, só o professor mesmo da sala de aula. Eles não recebem esse atendimento com fonoaudiólogo ou outro profissional a não ser que os pais levem esse aluno em busca de acompanhamento e tratamento, como um aluno meu, que ganhou o aparelho auditivo, daí os próprios pais vão atrás desse atendimento em Brasília. Mas dura pouco tempo, geralmente percebo que eles acabam desistindo, tanto os pais quanto o próprio surdo. Eles não ficam muito motivados com o tratamento, eles acham que somente o aparelho irá resolver, e assim, não dão continuidade no tratamento como devia ser. (Orquídea).

- A escola não possui um atendimento interno. Na secretaria de educação é que eles possuem uma equipe, no departamento de atendimento educacional especial. Eles enviam as itinerantes que visitam a escola, elas fazem visitas para ver como está o andamento do trabalho com esses alunos. Recentemente essa equipe recebeu uma pessoa capacitada em Libras para fazer esse atendimento com o surdo, que antes não tinha. Tem psicólogo, psicopedagogo, assistente social e agora essa pessoa capacitada em Libras para facilitar esse atendimento. (Violeta).

Orquídea responde à pergunta dizendo que a escola não possui o atendimento de uma equipe multidisciplinar e enfatiza que a criança terá acesso a esse atendimento caso os pais busquem externamente. A entrevistada acrescenta ainda que não percebe motivação dos pais e alunos por meio do tratamento. Já Violeta diz que a escola não possui esse atendimento, mas informa que a secretaria de educação da cidade possui essa equipe com profissionais capacitados, que é a mesma que faz o diagnóstico para o encaminhamento da criança para a escola e acrescenta que essa equipe conquistou melhorias com o profissional de Libras que os acompanha.

E, como “a equipe multidisciplinar pode ser definida como um grupo de pessoas com contribuições distintas, com um método compartilhado frente a um objetivo comum” (ZURRO; FERREROX; BAS, 1991 *apud* FONSECA; BRITO; JANES 2012, p. 27). Dentro dessa perspectiva, a equipe multidisciplinar traz grandes contribuições para a escola inclusiva, com o intuito de promover um atendimento diversificado e um trabalho em conjunto de profissionais preparados para atender as necessidades desse aluno que possui deficiência.

Sobre os relatos das entrevistadas, infelizmente a escola não é beneficiada com esse recurso, que seria um grande ganho para o atendimento ao aluno surdo, mas espera-se que ela ainda venha ser contemplada com esse recurso em prol do aprimoramento desse atendimento. Violeta ao dizer que os pais e a criança não se sentem motivados para a continuidade do tratamento que não é oferecido na escola nos faz pensar que, se o tratamento fosse oferecido no ambiente escolar por uma equipe multidisciplinar teriam uma motivação para essa continuidade devido ao fácil acesso.

Finalizando a entrevista, foi perguntado para as entrevistadas sobre quais recursos pedagógicos são disponibilizados a fim de promover o aprendizado no processo de inclusão do aluno deficiente auditivo na escola. As entrevistadas responderam que:

- Os recursos pedagógicos, é o professor mesmo que se vira e confecciona ou compra, muitas vezes produzimos na sala de aula com o próprio aluno, pois surge um efeito melhor na aprendizagem deles. Quase nunca usamos as coleções da escola porque é uma atividade diferenciada, exige Libras, para passar um texto a eles, tem de serem apresentadas as gravuras, tudo é visual e a Libras é usada em tudo o que é mostrado a eles. Como exemplo, em Matemática, se for trabalhado medidas de massa, tem que ser levado o concreto. Gosto muito de usar aqueles panfletos de supermercados para eles visualizarem mesmo, porque só no falar eles não compreendem, e assim fica mais complicado. Por isso usamos murais, cartazes etc.(Orquídea).

- As nossas professoras trabalham muito com material concreto, com adaptações em Libras que eles necessitam e com recursos visuais. (Violeta).

Ao responder à pergunta, Orquídea retrata que os recursos pedagógicos usados em sala de aula são visuais ou concretos para que os alunos consigam compreender o conteúdo. Enfatiza ainda que os materiais são elaborados pelas professoras e também com o aluno para que ele possa interagir em sala de aula. No entanto, comenta que quase nunca usam as coleções de livros da escola por não ser um material adaptado para o aluno surdo. Violeta afirma que as professoras usam materiais concretos e recursos visuais adaptados para a necessidade desse aprendiz.

Mesmo com a precariedade de recursos industrializados há uma preocupação dos professores na confecção de materiais visuais e concretos, um aspecto positivo já que os recursos materiais pedagógicos que precisam estar presentes no ambiente de ensino do aluno surdo são “mural de avisos e notícias, biblioteca da sala, painéis de gravuras e fotos

sobre temas de aula, roteiro de planejamento, fichas de atividades e outros” (DAMÁZIO 2007, p. 26). A autora complementa dizendo que “a organização didática desse espaço de ensino implica o uso de muitas imagens visuais e de todo tipo de referências que possam colaborar para o aprendizado da Língua de Sinais” (DAMÁZIO 2007, p.35).

Pode-se concluir, que embora a legislação dispõe sobre os recursos necessários para o trabalho com o aluno surdo, a escola não os têm. Assim, fica o professor sujeito a confeccionar ou comprar os materiais pedagógicos o qual utilizará em suas aulas para que o conhecimento chegue até o aluno. A produção de recursos pelo docente demonstra preocupação e interesse pelo aprendizado do seu aluno, mas evidencia o descaso de nossos governantes em relação a educação e, em especial com a inclusão que novamente se torna excludente por não oferecer as adaptações necessárias para desenvolver o trabalho.

Pode-se enfim concluir que a escola dispõe de poucos recursos para o ensino com o aluno surdo, tendo em vista que não recebem o apoio da equipe multidisciplinar, sala de recursos multifuncionais e nem mesmo investimento para a formação do profissional que atua no ensino do aluno surdo. Ainda pode-se constatar que além de não terem investimento para sua formação, falta também investimento no material pedagógico que é o suporte do professor para o ensino, juntamente com a sala de recursos multifuncionais que seria uma base para que os alunos desfrutem de recursos diversos e, embora esse profissional se esforce utilizando apenas o que a escola oferece, não há garantia de que ele consiga desenvolver suas aulas já que lhes falta o apoio necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao ideal de ensino para a educação de surdos, pode-se perceber que as escolas ainda possuem inúmeros desafios a serem vencidos. Apesar dos avanços que a educação conquistou ao longo dos anos até o presente momento para o atendimento ao aluno deficiente auditivo, há ainda muitas barreiras a serem ultrapassadas. Pode-se comprovar que a escola pesquisada, infelizmente faz parte dessa realidade, a qual não segue ao modelo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), impedindo assim que esse aluno receba um atendimento adequado e de qualidade.

A verdadeira inclusão vem sendo confundida e trocada por momentos de interação, em que o surdo não tem a oportunidade de estar no total ambiente educacional da classe comum, aprendendo e convivendo em meio aos colegas ouvintes, contradizendo assim, a ideia da inclusão plena. O que se vê, são escolas em que o acesso ao deficiente é cada vez mais fácil, porém a garantia de um ensino inclusivo e eficaz continua distante e embora a legislação disponha sobre recursos que venham ser necessários para o ensino e a aprendizagem com o aluno surdo, a escola continua tendo dificuldade na obtenção desses recursos, impedindo que o professor tenha condições para elaboração de suas aulas e em consequência disso, o surdo prossegue em um ensino de desvantagens.

Comprovou também o descaso em que as escolas se encontram pelo atual cenário da educação, principalmente as escolas que fazem o atendimento inclusivo, pois não recebem os recursos e adaptações necessárias para o desenvolvimento do trabalho com o surdo, continua, portanto, exercendo um modelo de educação excludente, ficando em segundo plano, novamente, sendo que não recebem investimento para a formação do profissional que atua nessa área da educação, nem mesmo o apoio básico como o da equipe multidisciplinar, sala de recursos multifuncionais ou no material pedagógico.

Enfim, para que haja mudança na realidade dessas escolas é imprescindível uma reestruturação na educação como um todo. Tanto na ação dos governantes para com seu dever, quanto na gestão e didática das escolas, pois, ainda que haja profissionais dedicados na área da educação, sem o apoio de recursos indispensáveis e sem a devida mudança, não poderá ser feita a transformação necessária para o desenvolvimento educacional das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, p. 2, dez. 2000.

BRASIL **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, p. 23, abr. 2002.

BRASIL Poder **Decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, p. 28, Dez. 2005.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

DAMÁZIO, M. F. M; FERREIRA, J. P. Educação escolar de pessoas com surdez-atendimento educacional especializado em construção. **Inclusão**: Revista da educação especial. Brasília, v.5, n.1, p.46-57, 2010.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado**: Pessoa com Surdez. Brasília, DF: SEESP/SEED/MEC, 2007.

FONSECA R. X; BRITO M.C; JANES R. (org.). A Construção da educação inclusiva: enfoque multidisciplinar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GUARINELLO, A. C. et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 12, n. 3, p. 317-330, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2017.

GERHARDT, T. E. (*et al*). Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INES - Instituto Nacional de Educação de surdos. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/>>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

LACERDA, C. B. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? (Coleção cotidiano escolar). São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. História da educação especial no Brasil. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011, 12-30.

NOVAES, E. C. **Surdos**: educação, direito e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2010, p.17.

PORTO, M. D; OLIVEIRA, M. D. M. Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores. In: PORTO, M. D; OLIVEIRA, M. D. **Educação especial**: aspectos históricos, legais e políticos. Brasília: Editora Aplicada, 2010, p. 19-38.

ROPOLI, E. A. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

SEVERINO, A. Teoria e prática científica. In: SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p.123.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31.

SOUZA, Audrey Pietrobelli de; ROSSO, Ademir José. **Mediação e zona de desenvolvimento proximal (zdp): entre pensamentos e práticas docentes**. X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Pontífca Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2009, 49 p.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 4, p. 863-869, Dec. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Nov. 2017.

ANEXO A – Carta de apresentação

Prezado(a) Sr.(a) Diretor(a): _____

Eu, _____, acadêmico da Universidade Estadual de Goiás-UEG-Unidade Universitária de Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, gleba-B4, Bairro Industrial de Luziânia, do CURSO DE PEDAGOGIA, estou realizando uma pesquisa com o tema: _____, sob a orientação da Professora Márcia Aparecida de Oliveira e solicito autorização para realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa.

Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário no telefone da Universidade Estadual do Goiás 3620-6330.

Luziânia-GO, ____ de _____ de 2017.

Respeitosamente,

Meirielle da Silva Bueno Gomes

ANEXO B – Declaração de autenticidade**Declaração de Autenticidade**

Neste documento, declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

(Nome do Discente)

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto: O atendimento ao aluno surdo numa escola pública do Município de Luziânia-GO. Sob a responsabilidade da Prof.^a Márcia Aparecida de Oliveira e da aluna Meirielle da Silva Bueno Gomes graduanda da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Luziânia – GO.

O objetivo desta pesquisa é: Conhecer a realidade e trazer a reflexão sobre o atendimento ao aluno surdo no âmbito educacional. O projeto busca compreender por meio da pesquisa, o processo de inclusão desse aluno nas escolas que os recebem e as dificuldades encontradas em ambas as partes no processo de acesso a educação dos mesmos. É importante ressaltar que o mesmo objetiva analisar através da legislação, sobre os direitos e deveres desse público, incluindo os recursos que são disponibilizados a eles a fim de alcança-los.

A sua participação será na forma de entrevista individual. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade Estadual de Goiás (UEG), podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o (a) a Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, favor entrar em contato pelo telefone (61) 99613 2160, Prof.^a Márcia Aparecida de Oliveira, ou na Universidade Estadual de Goiás, câmpus Luziânia telefone: (61) 3620-6330.

Luziânia, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Professor Participante

Pesquisador Responsável

APÊNDICE B – Roteiro do questionário**QUESTIONÁRIO**

1. A escola tem quantos alunos deficientes auditivos matriculados?
2. Explique como ocorre o processo de inclusão (desde o acesso a permanência) do aluno com deficiência auditiva na escola?
3. Explique como ocorre o atendimento especializado para os alunos com surdez?
4. A escola dispõe da equipe multidisciplinar para o trabalho com o aluno surdo? Quem a compõe? E como é desenvolvido o trabalho?
5. Cite quais são os recursos pedagógicos disponibilizados a fim de promover o aprendizado no processo de inclusão do aluno deficiente auditivo na escola?
6. Quais são as dificuldades da escola para a inclusão dos alunos surdos?